



ESTADUAL DA PARAÍBA

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS DO AGRESTE DA
PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS FUNDAMENTAIS E DEMOCRACIA**

JOÃO MARIA CARDOSO E ANDRADE

**CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS DO AGRESTE
DA PARAÍBA: uma experiência de Promoção da Dignidade da
Pessoa Humana.**

GUARABIRA, PARAÍBA
JUNHO DE 2013

JOÃO MARIA CARDOSO E ANDRADE

**CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS DO AGRESTE
DA PARAÍBA: uma experiência de Promoção da Dignidade da
Pessoa Humana.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Direitos Fundamentais e Democracia, do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Humanidades – Campus III da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto
Co-Orientador: Prof. Dr. Fábio Henrique Rodrigues Sousa

GUARABIRA, PARAÍBA
JUNHO DE 2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

A233c Andrade, João Maria Cardoso e

Centro de referência em direitos humanos do agreste da Paraíba: uma experiência de Promoção da Dignidade da Pessoa Humana / João Maria Cardoso e Andrade. – Guarabira: UEPB, 2013.

64 f. ; II.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Direitos Fundamentais e Democracia) Universidade Estadual da Paraíba.

Orientação Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto.

1. Direitos Humanos 2. Políticas Públicas 3. Dignidade da Pessoa. I. Título.

22.ed. CDD 341.481

JOÃO MARIA CARDOSO E ANDRADE

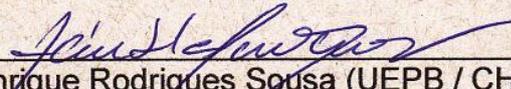
**CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS DO AGRESTE
DA PARAÍBA: uma experiência de Promoção da Dignidade da
Pessoa Humana.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Direitos Fundamentais e Democracia, do Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Humanidades – Campus III da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

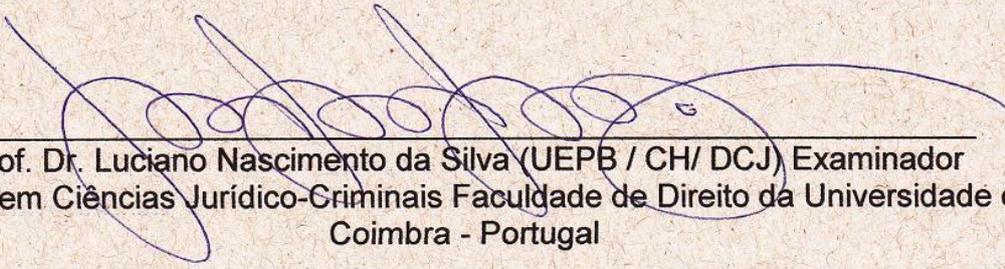
Aprovada em 10/06/2013



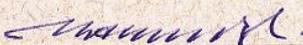
Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto (UEPB / CH / DG) Orientador
Doutor em Sociologia pela UFPB



Prof. Drando. Fábio Henrique Rodrigues Sousa (UEPB / CH/ DCJ) Co-Orientador
Doutorando em Filosofia Antiga pela Faculdade de Filosofia, Lógica y Estética da
Universidade de Salamanca – Espanha.



Prof. Dr. Luciano Nascimento da Silva (UEPB / CH/ DCJ) Examinador
Doutor em Ciências Jurídico-Criminais Faculdade de Direito da Universidade de
Coimbra - Portugal



Prof. Dr. José Luciano Albino Barbosa (UEPB / CH / DCJ) Examinador
Doutor em Sociologia pela UFPB

À minha mãe, Hozana (*in memoriam*), por me ter ensinado a ideia e o valor da Dignidade.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Carlos Alberto Dantas de Oliveira, que numa tarde de agosto apresentou a proposta da criação do Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba, sem sua perene vontade de “velho lutador” esse trabalho não teria sido possível.

Ao Prof. Dr. Luciano Nascimento da Silva, coordenador do curso de Especialização, por seu empenho e pela determinação em tanto elaborar o projeto que ensejou o curso, quanto às conversas que muito contribuíram para este trabalho.

Ao Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação em acreditar que este trabalho poderia e deveria ser escrito, além de toda crença e fé que depositou em mim.

Ao meu pai filho, Marco Antonio, que muito tem me ensinado sobre a verdadeira realização do princípio da dignidade da pessoa humana, com sua grande disposição de brincar e aprender.

À minha esposa, Joana Paula, por ter sido o verdadeiro lastro que me tem sustentado, dado força e inspirado para minha contínua busca por conhecimento e pela socialização dele. Sem ela não teria sido possível a realização de meu trabalho.

Aos professores do Curso de Especialização da UEPB, , que contribuíram ao longo de trinta meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB, colegas de labuta, pela presteza e atendimento quando foi necessário.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

Obrigado!

“A essência dos Direitos Humanos é o direito a ter direitos”

Hannah Arendt

RESUMO

O presente trabalho busca analisar uma política de Estado no Brasil que se tornou ação de governo: os Centros de Referência em Direitos Humanos – CRDH's, especificamente o Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba – CRDHA/PB, implementado no Centro de Humanidades – CH, Campus III da Universidade Estadual da Paraíba, na cidade de Guarabira. A realização desse trabalho se justifica pela oportunidade de reunir e compilar grande parte das informações sobre as atividades desenvolvidas pelo CRDHA. Para um melhor desenvolvimento do trabalho se fez necessário o estabelecimento de objetivos específicos que possam dar conta da proposta, e estes são os que seguem: (1) Identificar as políticas públicas de promoção de direitos humanos na qual se insere o Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba; (2) Acompanhar o processo de implantação do Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba no Centro de Humanidades – Campus III da UEPB e; (3) Analisar as ações do CRDHA e seus reflexos junto ao público alvo do Projeto Base e demais ações que evoluíram da proposta inicial. Esta pesquisa teve como base de análise a documentação produzida pelo CRDHA, através da publicação de seu Projeto Básico, dos relatórios de atividade, das publicações realizadas pelos membros que compuseram a equipe do CRDHA assim como também todo o material publicado no espaço virtual do CRDHA, o blog disponível no endereço: “<http://www.direitoshumanosuepb.net.br/>”. Caracterizamos este trabalho como sendo, ponto de vista teórico e metodológico, uma pesquisa de natureza participante qualitativa e de base bibliográfica, tendo como referencial teórico definido para o objeto da pesquisa pauta-se em autores como: Bobbio (1992), Bonavides (2004), Canotilho (2008), Comparato (2003), Faria (2007), Freire (1994), Herkenhoff (1997), Lafer (2005), Pinsky; Pinsky (2003), Moraes (2000), Rua (2010), por compreender que esses autores trabalham a temática dos direitos humanos em suas mais diversas áreas. Ainda sobre o referencial teórico e documental, foi levado em consideração o espaço da rede mundial de computadores “*Internet*”, por ter sido um importante veículo e ferramenta no atual processo de promoção e disseminação de informações sobre os Direitos Humanos. Como integrante do CRDHA, desde a concepção do Projeto Básico, e sua execução, foi possível realizar um levantamento significativo de imagens que foram produzidas no acompanhamento das ações e atividades do Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba. Essas fotografias são também importante testemunho documental utilizada como base nesta pesquisa. Como considerações finais, as reflexões resultantes deste trabalho buscam trazer contribuições no sentido de mostrar a construção material de uma política pública em nosso país, especificamente através de uma importante instituição como uma universidade pública do Nordeste Brasileiro. Assim, a UEPB, Campus III, ao acenar para a instalação de um Centro de Referência em Direitos Humanos para a Região do Agreste, abriu espaço para o exercício da cidadania em escala local.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos, Política Pública, Dignidade da Pessoa Humana

RESÚMEN

En este trabajo se propone analizar una política de Estado en Brasil, que se convirtió en la acción del gobierno: Centros de Referencia en Derechos Humanos - CRDH, específicamente el Centro de Referencia para los Derechos Humanos en el Agreste de Paraíba - CRDHA, implementado en el Centro de Humanidades - CH, *Campus III* de la Universidad del Estado de Paraíba, en la ciudad de Guarabira. La realización de este trabajo se justifica por la oportunidad de reunir y recopilar la mayor parte de la información sobre las actividades del CRDHA. Para un mejor trabajo de desarrollo se deben establecer metas específicas que pueden dar cuenta de la propuesta, y estos son los siguientes: (1) determinar la política pública de promoción de los derechos humanos en el que se inserta el Centro de Referencia de Derechos Humanos en el Agreste de Paraíba, (2) hacer un seguimiento del proceso de implementación del Centro de Referencia para los Derechos Humanos en el Agreste de Paraíba Humanities Center - Campus III UEPB y (3) analizar las acciones de CRDHA y sus reflejos al público Proyecto Base Target y otras acciones que se han desarrollado a partir de la propuesta original. Esta investigación se basó en el análisis de la documentación producida por CRDHA, a través de la publicación de su diseño básico, los informes de actividades, las publicaciones producidas por los miembros que formaron la CRDHA equipo, así como todo el material publicado en el espacio CRDHA virtual, disponible en el blog: "<http://www.direitoshumanosuepb.net.br/>". Caracterizamos este trabajo como teórica y metodológicamente un participante de la investigación cualitativa en la naturaleza y base de datos bibliográfica, como el conjunto de marco teórico para el objeto de la agenda de investigación hay autores como: Andrade(2010), Bobbio (1992), Benavides (2004), Comparato (2003), Faria (2007), Freire (1994), Herkenhoff (1997) Lafer (2005), Pinsky, Pinsky (2003), Moraes (2000), Line (2010), que comprende que estos autores trabajan en cuestiones de derechos humanos en sus diversos campos. Siguiendo con el teórico y documental, se ha tenido en cuenta el espacio de la "Internet" por haber sido una herramienta y vehículo importante en el actual proceso de promoción y difusión de información sobre los derechos humanos. Como miembro de CRDHA, desde el diseño del proyecto básico y su ejecución, se logró encuestar imágenes medias que se produjeron en el seguimiento de las acciones y actividades del Centro de Referencia de Derechos Humanos en el Agreste de Paraíba. Estas fotografías son también prueba documental importante que se utiliza como base de esta investigación. Como conclusión, las reflexiones de este trabajo buscan aportar contribuciones para mostrar el material de construcción de una política pública de nuestro país, específicamente a través de una gran institución como una universidad pública en el noreste de Brasil. Así UEPB, Campus III, mientras que agita a la instalación de un Centro de Referencia de Derechos Humanos en el Agreste de Paraíba, hizo espacio para el ejercicio de la ciudadanía a escala local.

PALABRAS CLAVE: Derechos Humanos; Políticas Públicas; La dignidad humana.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Imagem da marca adotada pelo CRDHA. Fonte: Acervo do CRDHA. Arte: João M. C. e Andrade.....	15
Figura 02 - Mapa da Mesorregião do Agreste Paraibano. Fonte: ANDRADE e MARIANO NETO, 2011.....	25
Figura 03 - Imagem área da Cidade de Guarabira/PB. Fonte: Adaptado do Google Earth, 04/04/2005.....	28
Figura 04 - Reunião de orientação e planejamento. Fonte: acervo do CRDHA.	36
Figura 05 - Visita à Comissão Pastoral da Terra – CPT, da Diocese de Guarabira. Fonte: acervo do CRDHA.....	37
Figura 06 - Visita à Associação Serviço de Educação Popular – Sedup, em Guarabira. Fonte: acervo do CRDHA.....	38
Figura 07 - Imagem capturada da tela inicial do Blog do CRDHA. Fonte: www.direitoshumanosuepb.net.br	40
Figura 08 - Imagem capturada da visão geral das estatísticas do Blog do CRDHA. Fonte: www.direitoshumanosuepb.net.br	40
Figura 09 - Imagem capturada da estatística de público do Blog do CRDHA. Fonte: www.direitoshumanosuepb.net.br	41
Figura 010 - Imagem das Pastas distribuídas para os participantes da Oficina. Fonte: acervo do CRDHA.....	42
Figura 011 - Imagem do material utilizado pelos participantes da Oficina. Fonte: acervo do CRDHA.....	43
Figura 012 - Imagem do público que compareceu à 1ª Etapa da Oficina. Fonte: acervo do CRDHA.....	43
Figura 013 - Imagem da mesa de abertura da 1ª Etapa da Oficina. Fonte: acervo do CRDHA.	43
Figura 014 - Imagem do público presente na abertura da Oficina. Fonte: acervo do CRDHA.	44
Figura 015 - Cartaz da 1ª Jornada. Fonte: acervo do CRDHA Arte: João M. C. e Andrade.....	49
Figura 016 - Cartaz da 1ª Jornada. Fonte: acervo do CRDHA Arte: João M. C. e Andrade.....	50

Figura 017 - Imagem do público que lotou o auditório na 1ª Jornada . Fonte: acervo do CRDHA.	51
Figura 018 - Imagem do público que lotou o auditório na 2ª Jornada . Fonte: acervo do CRDHA.	51
Figura 019 - Imagem do Prof. Rafaele Di Giorgi e Prof. Luciano Nascimento.. Fonte: acervo do CRDHA.....	52
Figura 020 - Imagem do público que compareceu à conferência. Fonte: acervo do CRDHA.	52
Figura 021 - Imagem do público compareceu ao Seminário 20 anos de ECA Fonte: acervo do CRDHA.....	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Demonstrativo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Região Polarizada pela Cidade de Guarabira.	26
Tabela 02 - Indicadores qualitativos e quantitativos das ações do CRDHA na implantação do projeto básico, entre 2010 a 2012.....	35
Tabela 03 - Ementa das Oficinas de Noções de Direitos Humanos.....	42

LISTA DE SIGLAS

CADI	Centro Acadêmico de Direito Prof. Antonio Cavalcante
CH	Centro de Humanidades
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRDHA	Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba
CRDHs	Centros de Referência em Direitos Humanos
FAFIG	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarabira
FCD	Federação Cristã de Deficientes
FUNDCUCA	Fundação Centro Unificado de Cultura e Artes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
SDH – PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: REFLEXÕES SOBRE POLÍTICA PÚBLICA.....	19
3	PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS DO AGRESTE DA PARAÍBA	28
3.1	Caracterização do Centro de Humanidades.....	28
3.2	A proposta do CRDHA	30
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	36
4.1	Atividades Desenvolvidas pelo CRDHA	36
4.2	Processo de Divulgação do Projeto: visitas e reuniões.	37
4.3	Implantação de um blog informativo sobre o CRDHA.	39
4.4	Oficinas para Agentes multiplicadores em direitos humanos.	41
4.5	Participação na jornada de desenvolvimento do agreste.	45
4.6	Produção Intelectual.....	46
4.7	Eventos e ações realizadas ou apoiados pelo CRDHA.....	49
4.7.1	Jornada de Direitos Humanos do Agreste da Paraíba	49
4.7.2	Conferência Internacional: "O Direito na Sociedade de Risco".	52
4.7.3	Apoio à atividades dos parceiros.....	53
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
	REFERÊNCIAS.....	57
	ANEXOS.....	59

1 INTRODUÇÃO

O princípio da dignidade da pessoa humana tem sido um dos principais paradigmas normativos do mundo contemporâneo, está impresso na Carta Magna de nosso país como um dos fundamentos do Estado Brasileiro. Tal condição é apenas reflexo de uma tradição que se estabeleceu, principalmente no mundo Ocidental, de se compreender o ser humano como principal objeto a ser protegido pela ordem jurídica estabelecida, principalmente, através do sistema republicano.

Embora sempre nos pareça haver clareza no que tange a necessidade da proteção desse princípio, quando pensamos em mensurar o valor da “dignidade” ou, de alguma maneira, o tentamos expressar nos enredamos em uma extensa lista de “qualidades desse valor”, tornando-o sempre muito abstrato em um tanto quanto metafísico. A discussão em torno do significado desse valor e a possibilidade de sua realização no mundo material ganha extrema importância quando se busca constituí-lo enquanto ação de governo e política de Estado.

O presente trabalho busca analisar uma política de Estado no Brasil que se tornou ação de governo: os Centros de Referência em Direitos Humanos – CRDH’s, especificamente o Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba – CRDHA, implementado no Centro de Humanidades – CH, Campus III da Universidade Estadual da Paraíba, na cidade de Guarabira.



Figura 01 - Imagem da marca adotada pelo CRDHA. Fonte: Acervo do CRDHA. Arte: João M. C. e Andrade.

Com uma experiência de implementação que se vem desenvolvendo desde o ano de 2010, o Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba, tem se tornado um exemplo importante da atuação da UEPB no campo da

Promoção dos Direitos Humanos, tendo em vista que ao longo destes três anos de existência, diversas ações têm sido desenvolvidas pelo CRDHA produzindo reflexos que reverberam nos pilares sobre os quais se ergue a Universidade: o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

Dessa forma, a realização desse trabalho se justifica enquanto oportunidade de reunir e compilar grande parte das informações sobre as atividades desenvolvidas pelo CRDHA através de sua equipe composta por professores, técnicos-administrativos, pesquisadores, estagiários e colaboradores oriundos dos diversos Departamentos do Centro de Humanidades assim como de outras Instituições que, do envolvimento com o CRDHA, se estabeleceram como parceiras e apoiadoras, além de serem também elementos do público alvo das ações do Centro de Referência.

Para um melhor desenvolvimento do trabalho se fez necessário o estabelecimento de objetivos específicos que pudessem dar conta da proposta, e estes são os que seguem: (1) Identificar as políticas públicas de promoção de direitos humanos na qual se insere o Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba; (2) Acompanhar o processo de implantação do Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba no Centro de Humanidades – Campus III da UEPB e; (3) Analisar as ações do CRDHA e seus reflexos junto ao público alvo do Projeto Base e demais ações que evoluíram da proposta inicial.

Esta pesquisa teve como base de análise a documentação produzida pelo Centro de Referência, através da publicação de seu Projeto Básico, dos relatórios de atividade, das publicações realizadas pelos membros que compuseram sua equipe assim como também todo o material publicado no espaço virtual do CRDHA, o blog disponível no endereço: “<http://www.direitoshumanosuepb.net.br/>”.

Do ponto de vista teórico e metodológico este trabalho se caracteriza enquanto uma pesquisa de natureza participante qualitativa e de base bibliográfica, uma vez que se destina a trabalhar com informações levantadas e selecionadas a partir de uma literatura específica orientada a partir do percurso metodológico pautado pela teoria do conhecimento e pela pesquisa empírica, aos moldes de Triviños (1987).

Como um dos atores sociais e protagonista dessa experiência de instalação do CRDHA, foi possível perceber por experiência própria que a pesquisa participante aproxima o objeto e o sujeito enredando-os, ao que Bourdieu (1996) considera

fundamental para a teoria do conhecimento, em que, o pesquisador possa submergir as particularidades de uma experiência empírica para poder capturar os sentidos e lógicas do mundo social, imersos na vida cotidiana do grupo ou organização.

Dentre os autores que sugerem a pesquisa participante foi possível a leitura tanto de Becker (1999), quanto de Riley; Nelson (1976), além de Whyte (2005), os quais consideram que a pesquisa participante permite ao observador, que se envolve com a comunidade estudada, extrair empiricamente elementos documentais, registros pessoais dos fatos ocorridos, bem como nas entrevistas, perceber detalhes ou minúcias que de outra maneira seria difícil conseguir.

No tocante aos autores que abordam a temática dos direitos humanos em suas mais diversas áreas, o referencial teórico definido para o objeto da pesquisa pauta-se em autores como: Bobbio (1992), Bonavides (2004), Canotilho (2008), Comparato (2003), Faria (2007), Freire (1994), Herkenhoff (1997), Lafer (2005), Pinsky; Pinsky (2003), Moraes (2000), Rua (2010).

Ainda sobre o referencial teórico e documental, foi levado em consideração o espaço da rede mundial de computadores (*"Internet"*), por ter sido uma importante ferramenta no processo de promoção e disseminação de informações sobre os direitos humanos, não somente em nosso país, mas em todo o globo. O CRDHA tem também buscado utilizar dessa importante ferramenta, uma vez que mantém um "blog" como espaço virtual de informação.

Como integrante do CRDHA, desde a concepção do Projeto Básico, e sua execução, foi possível realizar um levantamento significativo de imagens que foram produzidas no acompanhamento das ações e atividades do Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba. Essas fotografias compõem também importante testemunho documental, tendo sido utilizada como base nesta pesquisa.

Com relação à exposição desta pesquisa, optamos por dividi-la em três partes: na parte inicial apresentamos uma breve caracterização das políticas públicas sobre a promoção dos Direitos Humanos no Brasil, para melhor contextualizar a discussão em torno dos Centros de Referência em Direitos Humanos como ação de Governo.

Na segunda parte, tratamos de historicizar o processo de implantação do Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba no Centro de Humanidades – Campus III da UEPB, analisando o Projeto Básico do CRDHA.

Na terceira parte, como resultados e discussões apresentamos o *corpus* e o processo de análise das ações do CRDHA e seus reflexos junto ao público alvo do Projeto Base e demais ações que evoluíram da proposta inicial.

Como considerações finais, as reflexões resultantes deste trabalho buscam trazer contribuições no sentido de mostrar a construção material de uma política pública em nosso país, especificamente através de uma importante instituição como uma universidade pública do Nordeste Brasileiro. Assim, a UEPB, Campus III, ao acenar para a instalação de um Centro de Referência em Direitos Humanos para a Região do Agreste, abriu espaço para o exercício da cidadania em escala local.

2 PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: REFLEXÕES SOBRE POLÍTICA PÚBLICA.

A sociedade brasileira, não muito diferente da conjuntura mundial, tem vivido um momento histórico de rápidas e profundas transformações políticas, econômicas, tecnológicas, culturais e sociais. No bojo dessas transformações, as populações humanas sofrem com o descompasso dos avanços que são promovidos pela vontade de desenvolvimento que moveu e move as sociedades através da História.

Mas, enquanto testemunhamos os esforços para melhor compreendermos e dominarmos as forças da natureza, persistem, ainda, situações que nos remetem a tempos esquecidos da história, onde mulheres, homens e suas famílias eram condenados a viver na escuridão da falta e do desrespeito à direitos como a vida, a dignidade da pessoa humana e a cidadania.

Desde a criação de nossa República, como fruto de um longo e vagaroso processo de evolução política, a condição de cidadão tem sido colocada como questão fundamental para o acesso ao rol de direitos humanos que se tem buscado transformar em garantias e direitos fundamentais, com o moderno processo de positivação através das cartas constitucionais que foram promulgadas no decorrer de nossa breve e conturbada história republicana.

É importante perceber que os princípios da dignidade da pessoa humana e da cidadania evoluem gradativamente, passando a ter influência decisiva na composição do rol de garantias que vão ser dispostos na Carta Constitucional de 1988, refletindo, também, um movimento de âmbito mundial que visava sedimentar nas cartas constitucionais princípios eleitos como alicerces do mundo moderno.

Em nosso país, historicamente padecido de grave dívida junto às camadas menos favorecidas da população, o resgate da cidadania, e a própria ideia do mínimo existencial para uma vida digna, tornaram-se desafios a ser enfrentados na busca por concretizar o que está escrito no Preâmbulo da Constituição Federal, que declara o Brasil como,

[...] um Estado democrático destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos (Brasil, 2009).

O Estado brasileiro, dessa forma, toma para si o dever de desenvolver ações que objetivem o bem estar social, o que necessariamente, tange a questão dos direitos humanos vistos como caminho mais adequado para alcançarmos um estágio de exercício mínimo de cidadania, tendo como objetivo sua positivação nos direitos e garantias fundamentais.

Neste ponto é possível afirmar que há uma intensa sinergia entre o rol de direitos humanos e a questão da condição cidadã. Lafer (2006) faz uma interessante compreensão mesmo essa condição como o “direito a ter direitos”, segundo ele:

[...] os direitos humanos, enquanto conquista histórica e política, ou seja, uma invenção humana, estavam vinculados à solução de problemas de convivência coletiva dentro de uma comunidade política (2006, p. 147). (grifo do nosso)

Ainda segundo o autor, a liberdade e igualdade, condições essenciais para o exercício da cidadania e para o alcance da dignidade da pessoa humana, são reflexos de uma construção social e histórica e não apenas um direito natural, como afirmado no artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos do Homem promulgada pela Organização das Nações Unidas em 1948 que afirma que todos nascemos livres e iguais em direitos.

Lafer (2006), explica que os processos adotados para a materialização do princípio da isonomia implicam na construção da indissociabilidade entre os direitos humanos e a cidadania ou a dignidade da pessoa humana, tendo em vista a própria edificação do Estado.

A igualdade, dessa forma se configura em um objeto construído, elaborado convencionalmente pela ação conjunta dos homens através da organização da comunidade política, ou seja, lança seus alicerces sobre a condição da historicidade das sociedades humanas

A cidadania, dentro dessa perspectiva de historicidade, não pode ser definida como um conceito estanque, conforme Pinsky (2005, p.09), que a considera como um conceito histórico, estando sujeito à variações em seu sentido tanto no tempo quanto no espaço. O autor relaciona mesmo a condição de cidadão à ideia apresentada por Hanna Arendt, do “*direito a ter direitos*”.

O desafio que se apresenta é justamente a concretização, a realização desses dois princípios de que temos aqui tratado: a dignidade e a cidadania. Isto, por sua vez se relaciona diretamente com a positivação dos direitos, elementos

essenciais à regulação da sociedade e da atividade do Estado e de suas políticas e ações.

Dessa forma, a construção de políticas que pudessem dar conta da concretização dos objetivos básicos do Estado Brasileiro, no sentido da realização da cidadania e da conquista da dignidade para todos os cidadãos e cidadãs, tomou grande espaço na agenda político social nacional, principalmente após a promulgação da Carta Cidadã de 1988, que sedimentou a ideia de política pública como forma ideal e preferencial na interação entre Governo e Sociedade num esforço coletivo para a realização do bem-estar social.

Efetivamente o conceito de política pública não foi inaugurado pelos constituintes de 1988, mas ganhou uma inédita força na agenda política brasileira a partir da promulgação da Carta Cidadã. Tendo como referência um ponto de vista mais amplo, as políticas públicas representam valores que são expressos pelos grupos que compõem o tecido social, envolvendo tomadas de decisão, conforme nos esclarece Rua (2010), que afirma que as políticas públicas:

[...], são outputs, resultantes da atividade política (politics): compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. [...]. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas (grifo nosso), (RUA, 2010, p. 48).(grifo nosso)

Neste sentido, é possível compreender que, antes de qualquer coisa, o processo de construção de uma política pública passa por uma imperativa tomada de decisão política por parte dos gestores do órgão ou instituição sobre a qual repouse a competência para tal ato, o que, em nosso modelo republicano é relegado em primeira instância ao Estado como ente naturalmente competente para o ato decisório, como nos demonstra Rua (2010):

Além disso, por mais óbvio que possa parecer, as políticas públicas são 'públicas'- e não privadas ou apenas coletivas. A sua dimensão 'pública' é dada não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter "imperativo". Isto significa que uma das suas características centrais é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público (RUA, 2010, p. 48).

Ao observarmos a constituição do Estado Moderno, principalmente no mundo ocidental, podemos perceber que este tem ancorado a sua "autoridade soberana de

poder público” sobre os princípios da proteção da dignidade da pessoa humana e da cidadania, tornando tal lastreamento uma tradição explicitamente exposta nas cartas constitucionais dos mais variados países, inclusive o Brasil. Dessa forma podemos encontrar o citado princípio logo no 1º Artigo de nossa Carta Magna, vejamos o texto:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e municípios e do Distrito Federal, constituiu-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I – a soberania;

II – a cidadania;

III – a dignidade da pessoa humana;

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V – o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. (BRASIL, 2011) (grifo nosso).

Ao observarmos a carta constitucional é possível perceber que os fundamentos expostos nos incisos II e III do Art. 1º reverberam no estabelecimento de limitações e parâmetros dentro dos quais seja possível sua realização. Exemplos claros dessa reverberação são as listas de direitos e garantias expostos nos artigos 5º e 7º da Carta de 1988, onde se encontram o importante rol de direitos individuais e coletivos assim como também o rol de direitos sociais.

Na esteira dessa discussão sobre políticas públicas e as responsabilidades do Estado frente às demandas sociais, podemos observar as mais variadas iniciativas, tendo algumas delas, como no caso da macro-temática “*direitos humanos*”, assumido uma caráter de grande importância, chegando-se mesmo ao limiar da constituição de um Plano Nacional.

Chamamos aqui o tema “direitos humanos” de macro-temática, por ser um espaço onde se tem inserido as mais diversas discussões e demandas, obviamente, relacionadas com a ideia geral propagada pelo princípio da dignidade da pessoa humana e exercício da cidadania. Dessa forma, essa macro temática tem se transformado num microcosmo de importância cada dia mais crucial para a atuação do Estado, o que se vê refletir em políticas públicas consideradas “tradicionais” como saúde, educação e segurança passam, agora, a ter em suas justificativas o respeito e a promoção dos direitos humanos.

Diante dessa possibilidade de evocar o discurso dos “*direitos humanos*” para justificar, avaliar ou propor ações sobre os mais diversos assuntos, traz consigo uma urgente necessidade de discussão e reflexão sobre uma aparente *super-estimação* do próprio conceito dos direitos humanos. Cabe aqui trazeremos provocações que estão diretamente ligadas ao entendimento etimológico das palavras que nomeiam o conceito: o que é, ou o que pode ser direito? E junto a isso o que é, ou o que pode ser considerado humano?

Estas provocações têm uma importância pouco observada, talvez pela própria condição histórica da conquista de espaços que têm sido institucionalizados tanto pelo poder público quanto pela própria sociedade civil, dedicados, em muitos casos, à defesa dos “*direitos humanos*”. Mas essa “oficialização do discurso” não pode deixar de lado a reflexão sobre o alcance e a amplitude da macro temática de que tratamos, pois que isto tange a consideração dos limites dos direitos humanos, tendo como referência a própria possibilidade de sua realização no mundo material.

Assim, ao observarmos a própria história do Governo Brasileiro, vemos surgir, como reflexo do reestabelecimento das liberdades democráticas em nosso país durante a década de 1980, uma crescente discussão sobre a macro temática dos direitos humanos. Em fins dos anos 1990 um órgão governamental carregou em sua própria designação a ideia da promoção dos Direitos Humanos, e essa é a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR) que,

[...] é responsável pela articulação interministerial e intersetorial das políticas de promoção e proteção aos Direitos Humanos no Brasil. Criada em 1997 dentro do Ministério da Justiça, foi alçada ao status de ministério em 2003 (BRASIL, 2013) (grifo nosso).

Sendo responsável pela política de promoção dos direitos humanos, e com uma profunda discussão em torno da macro temática, principalmente quando se tem em pauta as ações para concretização do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que atualmente se encontra em sua 3ª versão, a SDH-PR tem buscado desenvolver diversas iniciativas de políticas públicas no sentido da promoção dos direitos humanos.

Uma dessas iniciativas tem sido o incentivo à instalação de Centros de Referência em Direitos Humanos (CRDHs) junto a diversas instituições, tanto ligadas ao poder público – à exemplo da Universidade Estadual da Paraíba, quanto ligadas

à organizações da sociedade civil organizada uma vez que, de acordo com a SDH-PR,

A concepção dos Centros de Referência em Direitos Humanos surgiu a partir de experiências realizadas por órgãos públicos e organizações não-governamentais que possibilitaram o acesso da população de baixa renda a serviços essenciais como por exemplo, assistência jurídica e documentação civil básica. Assim, os Centros de Referência em Direitos Humanos atuam como mecanismos de defesa, promoção e acesso à justiça e estimulam o debate sobre cidadania influenciando positivamente na conquista dos direitos individuais e coletivos (BRASIL, 2013).

A proposta que a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para os CRDHs se insere na perspectiva da Educação em Direitos Humanos tendo como objetivo básico a busca pela formação de uma nova mentalidade coletiva para o exercício da solidariedade, do respeito às diferenças e da tolerância, preocupando-se com a difusão e disseminação do conhecimento que combatam o preconceito, a discriminação e a violência e promovam valores como liberdade, igualdade e justiça.

É possível perceber que a atividade desenvolvida pela SDH-PR possui uma clara busca pela harmonização entre as políticas de Estado com as demandas apresentadas pela sociedade civil organizada e emanadas dos mais diversos setores sociais, desde grupos que discutem as questões inerentes às crianças e adolescentes, passando pela nevrálgica questão dos mortos e desaparecidos políticos durante o período de Exceção, indo até os grupos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais – LGBT, e de Pessoas Idosas.

Dentro desse universo extremamente diferenciado e diversificado que busca ser alcançado pelas políticas públicas de promoção de direitos humanos, o maior desafio enfrentado, sem sombra de dúvidas é o de como atingir o maior público possível. E a solução encontrada lança sempre o olhar para a Educação em Direitos Humanos, dado o seu enorme potencial em formar não só mentalidades, mas também comportamentos e atitudes direcionadas para a efetivação da dignidade da pessoa humana e da cidadania.

Neste quadro, as universidades, principalmente as públicas, têm ocupado um importante papel no processo de disseminação de informações e na formação de agentes multiplicadores da macro temática dos direitos humanos tomando o

assunto, inclusive, para compor disciplinas dos mais variados cursos de graduação desde Direito até Medicina, passando por Pedagogia, somente para citar alguns.

Desde o ponto de vista da transversalidade da macro temática dos direitos humanos, principalmente no que diz respeito às políticas públicas, a Universidade Estadual da Paraíba tem buscado proporcionar, através de sua extensa atuação no estado da Paraíba, um espaço onde se possa construir não somente respeito aos direitos mas, também, constituí-los como elemento essencial ao processo de desenvolvimento local, como ressaltam os Estatutos da Instituição,

Art. 7º - A Universidade, através das atividades de ensino, pesquisa e extensão, tem por objetivos fundamentais: I - A preservação, a difusão e o desenvolvimento das ciências, das letras e das artes em todas as suas formas de expressão, de modo a contribuir para o progresso científico e cultural da Região e do País (UEPB, 2007).

Imersa numa das regiões que apresentam alguns dos menores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do Brasil, a UEPB alcança hoje o atendimento a um universo de mais de 20 mil estudantes que frequentam cursos de graduação e pós-graduação em seus oito *campi* distribuídos por todo o estado da Paraíba.

Na mesorregião do Agreste, especificamente na microrregião de Guarabira encontra-se instalado o *Campus III*, onde funciona o Centro de Humanidades - CH. O universo atendido diretamente pelo Centro de Humanidades chega a mais de 2.300 estudantes oriundos de mais de 30 municípios que ficam no entorno da cidade de Guarabira, além de diversas outras regiões do estado da Paraíba e de outros estados do Nordeste, a exemplo do Rio Grande do Norte.

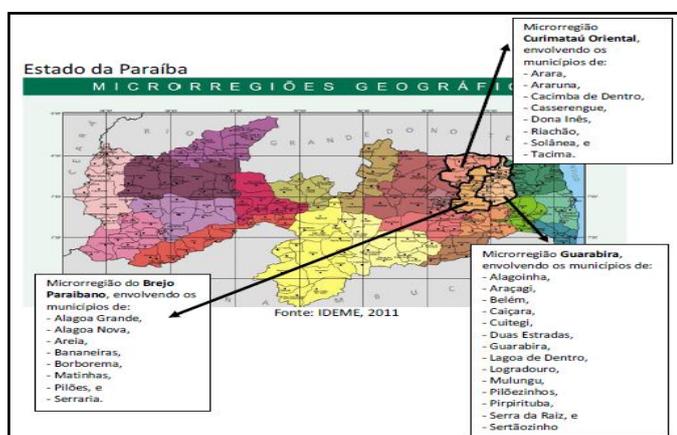


Figura 02 - Mapa da Mesorregião do Agreste Paraibano. Fonte: ANDRADE e MARIANO NETO, 2011.

Somente a região formada por Guarabira e os mais de 30 municípios em seu entorno, cujos estudantes frequentam diariamente o CH, somam uma população de mais de 350 mil habitantes distribuídos numa área de aproximadamente 3.454 quilômetros quadrados, além de possuir um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) médio de 0,578, bem abaixo da média nacional que é de 0,813 (IBGE, 2007), conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 01 - Demonstrativo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Região Polarizada pela Cidade de Guarabira.

Microrregião	Cidade	População	Área em Km²	IDH-M
Microrregião de Guarabira (14)	01 Alagoinha	13.025	85	0,573
	02 Araçagi	17.376	230	0,560
	03 Belém	17.173	100	0,595
	04 Caiçara	7.314	128	0,576
	05 Cuitegi	7.047	39	0,562
	06 Duas Estradas	3.748	26	0,569
	07 Guarabira	54.200	181	0,659
	08 Lagoa de Dentro	7.258	85	0,565
	09 Logradouro	3.816	38	0,548
	10 Mulungu	9.317	192	0,567
	11 Pilõezinhos	5.319	44	0,531
	12 Pirpirituba	10.232	80	0,612
	13 Serra da Raiz	3.130	29	0,565
	14 Sertãozinho	4.213	33	0,611
Microrregião do Brejo Paraibano (08)	15 Alagoa Grande	27.448	321	0,609
	16 Alagoa Nova	19.163	122	0,612
	17 Areia	24.992	269	0,611
	18 Bananeiras	21.670	258	0,599
	19 Borborema	5.009	26	0,600
	20 Matinhas	4.178	38	0,576
	21 Pilões	6.936	64	0,560
	22 Serraria	6.602	75	0,563
Microrregião do Curimataú Oriental (08)	23 Araruna	19.191	246	0,546
	24 Arara	12.356	89	0,551
	25 Cacimba de Dentro	17.108	181	0,548
	26 Campo de Santana	9.549	247	0,548
	27 Casserengue	6.762	201	0,513
	28 Dona Inês	10.832	132	0,551
	29 Riachão	3.405	90	0,568
	30 Solânea	27.346	266	0,615
TOTALIZAÇÃO	30 MUNICÍPIOS	385.715	3.915	0,575

Fonte: IBGE, 2007.

Os números que exemplificamos são apenas demonstrações matemáticas dos muitos problemas que marcam a realidade da mesorregião do Agreste Paraibano. Realidade cujo retrato é marcado por áreas de assentamentos e acampamentos rurais, comunidades quilombolas e populações em periferias urbanas em situação de risco social, em muitos casos, sem o mínimo acesso aos direitos previstos na Carta Magna.

Nos últimos anos, principalmente com o debruce sobre a questão dos direitos humanos, essencialmente através do Centro de Humanidades, a UEPB tem desenvolvido uma importante atuação tanto no campo da disseminação de informações sobre e para as políticas públicas, quanto no próprio processo de formação e intervenção na construção de propostas de políticas públicas.

Exemplos claros disso, além da própria instalação do Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba, foi a 1ª Jornada Paraibana pelo Desenvolvimento do Brejo e Região se realizada durante no dia 16 de fevereiro de 2011, no auditório da UEPB - Campus III, na cidade de Guarabira. O evento contou com a articulação de dezenas de entidades e cidadãos que moram e/ou trabalham e estudam na Região do Agreste da Paraíba e mais especificamente nas microrregiões do Brejo, Guarabira e Curimataú.

O objetivo da I Jornada Paraibana pelo Desenvolvimento do Brejo e Região foi justamente a construção de uma proposta de desenvolvimento a partir das características específicas da região, que teve como fundamento a tentativa de nortear ações governamentais, parlamentares e empresariais em municípios das microrregiões de Guarabira, Brejo, Curimataú Oriental e Piemonte da Borborema.

Com uma ideia que partia do questionamento sobre o modelo de desenvolvimento que temos para a construção do modelo de desenvolvimento que queremos, observando as problemáticas, as potencialidades e a estrutura que cada local oferece, a Jornada teve como público alvo lideranças de diversos municípios, integrantes de entidades governamentais e não governamentais da região.

Dessa forma é possível perceber a importância do desenvolvimento de ações que busquem não apenas a promoção dos direitos humanos, mas também, a concretização desses direitos através da intervenção proporcionada tanto pelas iniciativas governamentais, a exemplo das propostas da SDH-PR e dos projetos da UEPB, quanto da ação protagonizada pela sociedade civil organizada.

3 PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA EM DIREITOS HUMANOS DO AGRESTE DA PARAÍBA

3.1 Caracterização do Centro de Humanidades

O Centro de Humanidades – CH, Campus III da Universidade Estadual da Paraíba se encontra situado no município de Guarabira/PB, numa região formada por mais de 30 municípios que enviam diariamente seus estudantes para frequentar um dos diversos cursos de graduação ou de pós-graduação que são oferecidos às comunidades (Figura 3):



Figura 03 - Imagem área da Cidade de Guarabira/PB. Fonte: Adaptado do Google Earth, 04/04/2005.

A história do CH remonta os anos 60 do século XX, quando, especificamente em 1.967, foi criada a “Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarabira” (FAFIG), tendo como fundamento o incentivo ao ensino de nível superior na região historicamente polarizada pela cidade de Guarabira. Naquele momento foi criado o curso de licenciatura de 1º grau em Estudos Sociais e Letras, que veio ter seu reconhecimento somente em dezembro de 1977.

Somente a partir de 1983, as atividades da instituição passaram a funcionar onde se localiza a atual sede do campus, no bairro Areia Branca, sendo ainda

financeiramente mantida pela Fundação Educacional de Guarabira, instituição ligada à Prefeitura Municipal. Naquele ano foi autorizado o funcionamento de mais três licenciaturas: Geografia, História e Letras.

A incorporação da FAFIG à Universidade Estadual da Paraíba se deu apenas em novembro de 1987, após aprovação do projeto de Lei Estadual número 81/87, de autoria do então deputado estadual Roberto Paulino. Hoje, com mais de 70 ambientes distribuídos em dois prédios, o Centro de Humanidades Osmar de Aquino, nome dado em homenagem ao popular advogado guarabirense que por duas vezes foi prefeito do município e deputado federal, é considerado um dos mais importantes campus da UEPB.

Sendo atualmente formado por cinco Departamentos (Ciências Jurídicas, Geografia, História, Letras e Pedagogia) são oferecidos no Centro de Humanidades cinco cursos de Graduação à comunidade, sendo quatro de licenciatura (Geografia, História, Letras e Pedagogia) e um de bacharelado (Direito), prestando-se uma importante contribuição à sociedade, atuando na qualificação de profissionais para atuação direta com a Educação e com o mundo Jurídico.

Nos últimos anos o corpo docente do Centro de Humanidades tem buscado melhorar a qualidade da formação que oferece, aprofundando as pesquisas e estudos com a constituição de diversos cursos de especialização, num esforço para a construção de cursos de pós-graduação que possam atender o público que emana tanto das graduações do próprio CH quanto de diversas outras instituições que existem na Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Como fruto desse esforço do corpo docente, o CH apresenta cinco cursos de pós-graduação lato sensu (especializações): “Geografia e Território: planejamento urbano, rural e ambiental”; Direitos Fundamentais e Democracia; “Literatura; interculturalidade afro-brasileira”; “História Cultural” e “Ensino de Línguas e Linguística”, além de “Literatura Comparada”, além de um curso de pós-graduação strito sensu, o Mestrado Profissional em Letras.

Com cursos de especialização nas áreas de Geografia, História, Língua e Literatura, uma das principais ausências de atuação era justamente a do Departamento de Ciências Jurídicas, como forma de comungar com o esforço empreendido pelos demais departamentos no sentido da evolução do ensino da universidade, ou seja, na sinergia entre a graduação e as pós-graduações como forma de melhor qualificação dos profissionais que são formados pela Academia.

Ademais é patente a grande demanda por capacitação em nível de pós-graduação jurídica que podemos encontrar em nossa região, tendo em vista que o Curso de Bacharelado em Direito, oferecido pela UEPB no Centro de Humanidades, já ultrapassou os 20 anos de existência, tendo em todo esse percurso histórico formado milhares de profissionais em nível de graduação.

Dessa forma o Departamento de Ciências Jurídicas do Centro de Humanidades, com apoio da Direção do Centro e dos outros Departamentos construiu o projeto do Curso de Especialização em Direitos Fundamentais e Democracia que, em linhas gerais, integra as ações do CRDHA no sentido da utilização do ensino como campo para a promoção e formação em Direitos Humanos.

Aliado a esse esforço para a construção de cursos que possam atender a demanda do público e as comunidades que frequentam o Campus III da UEPB, está o empenho por constituição de projetos que deem conta da atuação na área de extensão, possibilitando à universidade ultrapassar os muros que a cerca e agir diretamente entre as populações que são atendidas diretamente pela instituição.

3.2 A proposta do CRDHA

A proposta de criação do CRDHA, a partir do Centro de Humanidades, ajustou-se com grande sinergia ao hercúleo trabalho de construção da imperativa ligação entre o universo acadêmico e as comunidades que são atendidas por nossa instituição de ensino superior. Este, talvez, tenha sido o maior ganho provocado pelas inúmeras ações e discussões propostas e realizadas pelo CRDHA.

Entre os objetivos propostos pelo Projeto Básico do Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba, constaram ações de prestação de assistência jurídica, orientação sobre direitos e construção de uma rede de direitos humanos, com nos revela Andrade (2010), quando relaciona os objetivos do CRDHA no Projeto Básico,

3.2.2 Objetivos Específicos

- Prestar atendimento a 6.132 pessoas no período de execução do projeto, distribuídas na região constituída pelas microrregiões do Curimataú Oriental, Brejo Paraibano e Guarabira;
- Prestar assistência jurídica nos casos necessários, priorizando a mediação;
- Realizar a orientação de cidadãos sobre seus direitos, deveres e forma de assegurá-los;
- Construir uma Rede de discussão e disseminação de informações sobre direitos humanos com a participação de entidades da sociedade civil organizada, poder público local e comarcas das cidades da área de atuação do CRDHA-PB.

Em consonância com as ideias apresentadas pelos objetivos do projeto, a perspectiva do CRDHA compreendeu o oferecimento de atendimento jurídico, quando necessários, ameaçados ou violados os direitos dos moradores das comunidades abrangidas pelo projeto, dessa forma foi proposta à universidade quando da realização de Concurso Público para o pessoal técnico administrativo que fosse disponibilizada uma vaga para contratação de um advogado que, entre outras coisas, poderia atuar dando um suporte mínimo e orientações para a concretização desse objetivo.

De um modo geral a proposta do Projeto Básico do CRDHA tem como embasamento uma visão sobre os direitos humanos como uma possibilidade defesa contra os excessos de poder, tanto estatal como aquele exercido por entes privados, sejam pessoas físicas ou jurídicas, em consonância com a busca pela preservação do princípio da dignidade da pessoa humana.

Entretanto, os direitos humanos consistem também em pauta voltada a orientar as políticas públicas e as ações privadas. É nesse sentido que não mais deve persistir o entendimento tradicional, pelo qual apenas o Estado seria obrigado a promover e proteger os direitos humanos, cabendo principalmente aos atores sociais, tanto individualmente quanto em organizações, fazer sua parte para a promoção desses direitos.

Nesse sentido, o CRDHA procurou, juntamente com uma rede de parceiros, contribuir para a consolidação desses direitos na região do Brejo Paraibano, constituindo um Pólo de serviço de promoção dos direitos da pessoa humana.

Há que se denotar que o Brejo Paraibano guarda em sua história uma estreita ligação com a macro temática dos direitos humanos, isso porque foi nesta região que se estabeleceu um dos primeiros núcleos de defesa de direitos humanos de todo Nordeste Brasileiro. Voltado para as populações carentes, o núcleo era ligado à

Igreja Católica, e buscava levar garantias às vítimas das disputas agrárias que se avultaram no Brejo durante as décadas de 1980 e 1990.

Outro aspecto importante da proposta do CRDHA foi a possibilidade da construção de experiências práticas para professores e estudantes do Centro de Humanidades em relação à macro temática dos direitos humanos, prestando serviços relevantes à sociedade local, através de convênios e parcerias com instituições como a OAB – Subseção Guarabira, a Fundação Centro Unificado de Cultura FUNDCUCA, o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, entre outros.

Como forma de divulgação de suas atividades, a Proposta Básica do CRDHA previa um plano de comunicação que incluía:

- Distribuição de Folder informativo sobre os direitos do cidadão, no Centro de Humanidades, nas comarcas e demais entidades parceiras;
- Divulgação por meio de banner nas reuniões com as entidades, com objetivo de propor parcerias e apresentação dos trabalhos do CRDHA-PB;
- Visita itinerante por parte da equipe multidisciplinar junto às entidades presentes nos municípios envolvidos com o projeto e rede social a fim de divulgar os trabalhos desenvolvidos pelo CRDHA-PB;
- Divulgação por meio do site www.uepb.edu.br;
- Meios de comunicação em geral (jornais, rádios, etc.)
(ANDRADE, 2010)

O público alvo que se pretendeu atingir com o Projeto Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba, envolveu, principalmente, populações em situação de risco social num raio de ação dentro de uma região que apesar de apresentar um conjunto de pequenas e médias cidades, já apresenta elevados índices de violência e de conflitos, principalmente no que tange à questão agrária.

Dentro das intenções gerais do projeto inicial do CRDHA uma das principais ideias consistia no apoio para a criação de fóruns locais e regionais de direitos humanos e fundamentais a partir dos municípios circunvizinhos do Centro de Humanidades, tendo como objetivo precípua que essa prática se amplie por toda a região do Agreste e Brejo paraibano.

A proposta para os fóruns possuiu como animo fundamental construir condições de acompanhar questões relativas aos direitos humanos em suas diferentes ordens, tais quais: relativos à populações tradicionais (especialmente os

quilombolas), questões agrárias, questões urbanas, questões da violência e discriminação contra negros, mulheres, idosos, homossexuais, portadores de transtornos mentais e outros.

Ainda no tocante ao público alvo do CRDHA foi proposto, como forma de acompanhamento, a compreensão de que todas as pessoas beneficiadas são consideradas indicadores físicos, sendo devidamente identificadas e registradas por intermédio de ficha individual e/ou relatório que contenha seu nome, telefone, endereço residencial, CPF e tipo de serviço que teve acesso, sendo estes orientados por 3 eixos, conforme nos demonstra Andrade (2010):

1. **Orientação sobre direitos:** através da disseminação de informações junto à população sobre os direitos e deveres do cidadão dando ênfase sobre as formas e instrumentos de defesas desses direitos.
2. **Assessoria jurídica:** prestação de assistência jurídica, que englobará desde uma simples orientação até a propositura de ações judiciais, tomando como foco a prática da mediação na busca pela solução pacífica dos litígios;
3. **Capacitação em Direitos Humanos:** atividades que compreendem oficinas e reuniões com as lideranças locais e membros da equipe técnica, tendo como foco a formação de “agentes da cidadania”. (ANDRADE, 2010).

No tocante ao público alvo, o processo de capacitação teve como objetivo dar-lhes condições para ocuparem espaços de protagonismo de tornarem-se “agentes multiplicadores da cidadania”, passando a influir mais decisivamente em suas comunidades quando forem tratados os assuntos Direitos Humanos e Cidadania. Um segundo importante objetivo do processo de formação foi formar mobilizadores nos diversos municípios de atuação do projeto, para que possam auxiliar a equipe técnica em seus trabalhos junto às comunidades.

É preciso afirmar que o conteúdo programático das oficinas, apresentadas neste projeto, configuraram apenas como referências para o trabalho, uma vez que as temáticas tratadas (Direitos Humanos e Mediação) possuem uma dinâmica muito particular e que deve ser observada no trabalho junto às comunidades

Outro importante serviço que o CRDHA se propôs como resultado complementar às atividades previstas em seu Projeto Inicial, foi a rica formação que oportunizada aos estudantes do Centro de Humanidades, em especial aos bacharelados em Direito, sobre a macro temática dos Direitos Humanos, havendo

ações articuladas do Projeto dentro do Centro de Humanidades a partir da própria sede do CRDHA.

Como exemplo de uma dessas ações foi possível construir um novo viés de estudo dentro do Centro de Humanidades, criando a possibilidade do aprofundamento do conhecimento e a geração de trabalhos acadêmicos, dando condições da disseminação das ações e resultados do CRDHA dentro da comunidade universitária e também fora dela.

É importante frisar que foi construída, ao longo desses três anos de experiência uma Equipe multidisciplinar integrada por professores, estudantes (estagiários e voluntários) e técnicos administrativos, havendo sempre uma Coordenação Técnica exercida por um professor nomeado pela Direção do CH sendo auxiliado por outros colaboradores.

No que tange a composição dessa equipe, em primeiro momento ela foi formada por um coordenador técnico e mais três professores supervisores além de oito estudantes-estagiários/bolsistas e um técnico administrativo. Atualmente a equipe do CRDHA é formada por pesquisadores (estudantes de pós-graduação e professores do Departamento de Ciências Jurídicas do CH), técnicos administrativos e estudantes bolsistas de diversos projetos de fomento como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC – e o Programa de Bolsas de Extensão – PROBEX, todos da UEPB.

O trabalho de monitoramento e avaliação do CRDHA foi uma atividade contínua do projeto, uma vez que constou como pauta obrigatória de todas as reuniões da equipe técnica, sendo entendida como uma atividade é imprescindível para que, no processo de execução do projeto, fossem verificados os caminhos e decisões tomadas para a efetivação dos objetivos do projeto.

Ademais, as informações que foram coletadas no processo de monitoramento e avaliação serviram de base para a construção dos relatórios encaminhados à Secretaria Especial dos Direitos Humanos e à UEPB, para o devido acompanhamento.

Como instrumentos para esse processo, o projeto previu a utilização de registros fotográficos, confecção de listas de presença das reuniões tanto da equipe técnica quanto das atividades com o público alvo, confecção de fichas de todas as pessoas que forem atendidas pelo CRDHA, e relatórios internos periódicos das

atividades dos Núcleos fixo e itinerantes, aplicação de questionários de avaliação de serviços junto ao público beneficiário.

Para auxiliar o processo de acompanhamento das ações do CRDHA-PB, foram adotados indicadores quantitativos e qualitativos para avaliação, consideradas as metas, os indicadores, meios de verificação e a periodicidade de verificação. (Tabela 02):

Tabela 02 - Indicadores qualitativos e quantitativos das ações do CRDHA na implantação do projeto básico, entre 2010 a 2012.

METAS	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PERÍODO DE VERIFICAÇÃO
1. Implantação do CRDHA-PB	<ul style="list-style-type: none"> • Centro de Referência em Direitos Humanos para as Regiões de Guarabira, Brejo Paraibano e Curimataú Oriental, implantado e em pleno funcionamento • Estagiários selecionados e contratados para a prestação dos serviços; • Materiais permanentes adquiridos e em pleno uso. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fotos registradas do local, em funcionamento e em atendimento ao público, relatórios de acompanhamento realizados pela instituição proponente (responsável pelo projeto); • Cópia do <i>currículo vitae</i> e do contrato dos estagiários. • Cópias das notas fiscais de todo material adquirido. 	Trimestral
2. Orientação sobre direitos humanos e assessoria jurídica.	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços de assessoria ampla e atendimentos realizados junto ao público alvo do projeto. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fichas de pessoas atendidas e aplicação de questionário sobre a avaliação dos serviços e relatório de acompanhamento realizado pela instituição proponente. 	Trimestral
3. Capacitação em Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • 12 membros da equipe técnica e 120 pessoas mobilizadas à participar das oficinas sobre Direitos Humanos 	<ul style="list-style-type: none"> • Fotos, fichas de inscrição dos participantes das oficinas, listas de presença, fichas de avaliação dos participantes com relação à qualidade da oficina. 	Trimestral

Todos estes itens foram fundamentais para o desenvolvimento das atividades do CRDHA, no tocante a implantação do projeto básico, orientações sobre Direitos Humanos e assessoria jurídica, bem como, nas capacitações em Direitos Humanos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A compreensão do alcance das atividades desenvolvidas pelo Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba, passa indiscutivelmente pelo necessário relato dessas ações. Desta forma, neste capítulo trataremos de buscar condensar e demonstrar tudo o que foi realizado pelo CRDHA ao longo dos três últimos anos.

O processo aqui adotado possui a clara intenção de além de compor elementos que possam dar conta da questão da avaliação do Projeto Básico do CRDHA, se constituir também num registro histórico sistematizado das iniciativas, desafios e realizações do Centro. Assim sendo passaremos a relatar as ações conforme elas se foram concretizando, buscando construir no texto ponto de reflexão e avaliação.

4.1 Atividades Desenvolvidas pelo CRDHA

Desde a sua fundação, com a aprovação da proposta encaminhada em fins de 2009 para a SDH-PR, até os dias atuais, o Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba tem continuamente programado, realizado e participado de diversas ações e iniciativas como forma de buscar atingir seu objetivo originário: a promoção dos Direitos Humanos.



Figura 04 - Reunião de orientação e planejamento. Fonte: acervo do CRDHA.

As atividades realizadas alcançaram os mais diversos temas e ações, desde reuniões para divulgação do Projeto do Centro de Referência, até a realização de importantes seminários como a Jornada de Direitos Humanos do Agreste da Paraíba e o Seminário sobre Violência Doméstica do Agreste. O campo da produção científica foi outro espaço que ganhou grande ação por parte dos diversos atores que participaram da Equipe do CRDHA. A seguir relataremos de forma sucinta essas experiências.

4.2 Processo de Divulgação do Projeto: visitas e reuniões.

Uma das primeiras iniciativas do CRDHA foi a realização de visitas e reuniões com instituições e lideranças locais para apresentação do Projeto Básico, uma vez que se buscava dar os primeiros passos em direção da construção da rede de parceiros, ação essencial ao CRDHA para concretização do Projeto.

Uma das primeiras visitas realizadas pela Equipe do Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba foi à Comissão Pastoral da Terra (CPT), realizada na Cúria Diocesana, na cidade de Guarabira. No encontro os membros da CPT explicaram o trabalho que é realizado, de assistência jurídica, em defesa das pessoas que não tem seus direitos fundiários garantidos.



Figura 05 - Visita à Comissão Pastoral da Terra – CPT, da Diocese de Guarabira. Fonte: acervo do CRDHA.

Os estagiários do Centro de Referência debateram, juntamente com os membros da CPT, os problemas mais comuns da região, que necessitava há muito, de uma entidade como o CRDHA, que agirá em defesa, não só da propriedade,

como também de todo e qualquer direito que for violado. Por fim, a CPT, que em outra reunião, já havia firmado parceria com o Centro, expôs alguns casos ao qual a Comissão almeja resolver, e que, já podem receber ajuda do CRDHA.

Outro importante parceiro que foi visitado foi o Serviço de Educação Popular - Sedup, onde foram recebidos pelo Coordenador da entidade Luciel Araújo. Como entidade que atua há mais 30 anos em diversas frentes de trabalho que envolvem, como ponto fundamental de discussão, a defesa e efetivação dos Direitos Humanos, o Sedup foi elencado pelo CRDHA como um dos parceiros estratégicos para a concretização das ações propostas no Projeto do Centro de Referência.

A pauta da visita foi uma breve apresentação do Projeto do CRDHA ao Sedup e a discussão da possibilidade de parceria entre as duas organizações. Luciel Araújo delineou para os Estagiários do CRDHA um pouco da história de atuação do Sedup e falou a respeito das atividades em que se encontra envolvido no momento, evidenciando o compromisso do Serviço de Educação Popular com ações que tenham em seu horizonte os Direitos Humanos.

Outra coisa evidenciada pelo Luciel Araújo foi o importante passo dado pela UEPB, através do Centro de Humanidades, em abrir as portas à comunidade de Guarabira e região, atitude que vem sendo buscada pelo próprio Sedup há vários anos e que só está sendo possível com a administração do Professor Belarmino Mariano Neto e da Professora Wanilda Vidal, atuais Diretor e Diretora Adjunta do CH. Quanto à parceria entre o Sedup e o CRDHA, Luciel Araújo afirmou que é com satisfação que aceita o convite já disponibilizando, à pedido dos estagiários, uma lista de entidade e pessoas que poderão ser contatadas para a formação da Rede de Defesa de Direitos Humanos do Agreste da Paraíba (Figura 03):



Figura 06 - Visita à Associação Serviço de Educação Popular – Sedup, em Guarabira. Fonte: acervo do CRDHA.

Foi realizada, também, visita ao Bispo Diocesano de Guarabira, D. Francisco Lucena a fim de aumentar a rede de parceiros em defesa dos Direitos Humanos. No diálogo estabelecido estiveram assuntos como o apoio das paróquias nas futuras visitas da equipe do CRDHA às cidades, a participação de agentes pastorais na Oficina sobre Direitos Humanos e a abertura do campus para a comunidade guarabireNSE aproximando-o através dos projetos desenvolvidos atualmente pelos professores, estudantes e direção do Centro de Humanidades.

O bispo D. Lucena ficou interessado pelas metas do CRDHA, prontificou e apoiou o projeto, havendo sempre a necessidade de comunicação das atividades para que se efetive a parceria firmada.

Outras entidades visitadas pelo CRDHA envolveram a Federação Cristã de Deficiente – FCD de Guarabira, onde foi possível participar de reunião da entidade que faz um importante trabalho de conscientização e luta pelo cumprimento dos direitos conquistados pelas pessoas portadoras de necessidades especiais.

Na reunião, foi feita a apresentação do Projeto do CRDHA, explicando os aspectos gerais e as propostas de atividades. A comissão executiva da FCD destacou a importância da conquista do CRDHA para nossa região, afirmando que a implantação do Centro vem atender uma demanda que cresce a cada dia que é a difusão e defesa dos Direitos Humanos em nossa sociedade. Para, além disso, a FCD foi convidada a participar como mais um parceiro da Rede de Defesa dos Direitos Humanos do Agreste, mobilizando-se a integrar as oficinas de capacitação que serão promovidas pelo CRDHA.

As experiências aqui relatadas tratam apenas de algumas das diversas vistas que foram feitas pela equipe do CRDHA no intuito da criação da rede de parceiros para a articulação do público alvo para a promoção dos Direitos Humanos, através das ações previstas no Projeto Básico do CRDHA.

4.3 Implantação de um blog informativo sobre o CRDHA.

No tocante à rede mundial de computadores, foi criado um blog em março de 2010 e que tem servido como o principal instrumento de divulgação das iniciativas desenvolvidas pelo CRDHA. Funcionando a partir do endereço

www.direitoshumanosuepb.net.br, nesses três anos de existência, o blog já somou mais de 25 (vinte e cinco) mil acessos, como é possível perceber através da (Figura 07):



Figura 07 - Imagem capturada da tela inicial do Blog do CRDHA. Fonte: www.direitoshumanosuepb.net.br.

O espaço proporcionado pelo blog do CRDHA tem sido de extrema importância no processo de divulgação de ações e informação do público em geral, pois lança um alcance muito mais amplo que qualquer outro tipo de meio comunicativo, como os panfletos e folders ou mesmo as participações radiofônicas, tradicionais em cidades do porte de Guarabira, que possui 5 (cinco) rádios.

O fenômeno que tem elevado a rede mundial de computadores ao valor de ferramenta essencial para as atividades cotidianas está profundamente relacionado com a própria aceleração do tempo histórico, mobilizada por sua vez pelo motor da comunicação que tem sua força multiplicada de forma geométrica, gerando realidades e transformando o mundo material numa velocidade que ainda não tinha sido visto na história da humanidade.

É possível perceber e comprovar essa condição de importância de informação e formação de público através do endereço eletrônico do CRDHA, quando observamos os dados de tráfego do blog (figuras 08 e 09):



Figura 08 - Imagem capturada da visão geral das estatísticas do Blog do CRDHA. Fonte: www.direitoshumanosuepb.net.br.



Figura 09 - Imagem capturada da estatística de público do Blog do CRDHA.
Fonte: www.direitoshumanosuepb.net.br.

Nesse caminho de conquista de parceiros, a constituição de um veículo digital que pudesse servir de fonte informativa para o público em geral sobre as atividades do Centro de Referência foi essencial. Esse instrumento comunicativo, tanto alargou o contato da comunidade acadêmica com o macro tema dos direitos humanos, como serviu de base para uma maior visibilidade das ações do CRDHA, com a divulgação das diferentes atividades do Centro para as populações locais.

Como podemos observar, a instalação do CRDHA repercutiu positivamente nas ações relativas aos direitos humanos, com o envolvimento de diferentes instituições que atuam direta ou indiretamente nesse campo de interesse social e de investigação científica com vista a geração de dados que possam subsidiar políticas públicas ou programas governamentais e não governamentais em defesa dos direitos humanos.

4.4 Oficinas para Agentes multiplicadores em direitos humanos.

O processo de formação em direitos humanos, adotado pelo CRDHA visava diversas ações que iam desde as reuniões com os atores destinatários do projeto básico, passando por formação continuada da equipe de trabalho, indo até a realização de oficinas para agentes multiplicadores em direitos humanos. A proposta tinha como objetivo, formar mobilizadores para que pudessem auxiliar a equipe técnica em seus trabalhos junto às comunidades.

É preciso afirmar que o conteúdo programático das oficinas, apresentadas no projeto, configurou apenas como uma referência para o trabalho, uma vez que as temáticas tratadas possuem uma dinâmica muito particular e que deve ser observada no trabalho junto às comunidades. Dessa forma, propomos:

Tabela 03 - Ementa das Oficinas de Noções de Direitos Humanos.

OFICINA SOBRE NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS
<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos e história dos Direitos humanos; • Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Sistemas Internacionais de Proteção de Direitos Humanos; • Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos; • Pactos Internacionais; • Convenções Internacionais de Direitos Humanos; • Direitos Humanos na Constituição Brasileira de 1988; • Direitos Fundamentais; • Direitos Sociais, Econômicos e Políticos; • Novos Direitos e novos desafios; • Garantias Constitucionais; • A realidade da Região do Agreste Paraibano e do Estado da Paraíba;
Carga Horária: 24 horas, ministradas em três encontros

O público que se fez presente à oficina realizada entre os meses de julho e agosto de 2010, contou com representantes de diversas entidades que já atuam na defesa dos Direitos Humanos, nas regiões do Brejo e Agreste Paraibano, como podemos observar nos registros fotográficos abaixo:



Figura 010 - Imagem das Pastas distribuídas para os participantes da Oficina. Fonte: acervo do CRDHA.



Figura 011 - Imagem do material utilizado pelos participantes da Oficina. Fonte: acervo do CRDHA.



Figura 012 - Imagem do público que compareceu à 1ª Etapa da Oficina. Fonte: acervo do CRDHA.



Figura 013 - Imagem da mesa de abertura da 1ª Etapa da Oficina. Fonte: acervo do CRDHA.



Figura 014 - Imagem do público presente na abertura da Oficina. Fonte: acervo do CRDHA.

A primeira etapa da oficina foi realizada pela faParticiparam como facilitadoraNo primeiro dia, 10 de julho, a facilitadora convidada foi a professora do curso de Direito, Ms. Maria Cezilene Araújo de Moraes, que desenvolveu a seguinte ementa de discussão:

- a) Fundamentos e história dos Direitos humanos;
- b) Declaração Universal dos Direitos Humanos e os Sistemas Internacionais de Proteção de Direitos Humanos;
- c) Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos;
- d) Pactos Internacionais;
- e) Convenções Internacionais de Direitos Humanos;

O segundo encontro da oficina, ocorrido no dia 31 de julho, foi discutido o tema “Direitos Humanos e a Constituição Federal de 1988”, pela professora do curso de Direito da Universidade Federal de Campina Grande, Ms. Márcia Glebyane Maciel Quirino;

No dia 14 de agosto de 2010, realizou-se a última etapa da 1ª Oficina de Formação em Noções sobre Direitos Humanos. Neste sábado, os debates focaram as experiências de militância na defesa dos Direitos Humanos nas áreas do Brejo e Agreste Paraibano. Para tanto, foram palestrantes o monsenhor Luis Pescarmona, o advogado Francisco Isídio, o professor do curso de História da UEPB, Gilvan Torres da Silva, e do deputado federal Luiz Couto. Os palestrantes enfatizaram suas participações na defesa dos Direitos Humanos na região polarizada por Guarabira, como também as perseguições sofridas durante o período de suas atuações;

4.5 Participação na jornada de desenvolvimento do agreste.

A Participação do CRDHA esteve direcionada para o EIXO TEMÁTICO: DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, tendo contado diretamente com a participação do prof. Mariano Neto (orientador) desse trabalho monográfico, quanto do próprio autor, tanto como organizadores, quanto de sistematizados do eixo temático.

Da sistematização desse eixo temático foi possível extrair que a sociedade brasileira, não muito diferente da conjuntura mundial, vive momento de rápidas e profundas transformações políticas, econômicas, tecnológicas, culturais e sociais. As populações humanas sofrem o descompasso dos avanços da vontade de desenvolvimento inerente ao ser humano.

Persistem, ainda, situações que remetem a tempos esquecidos da história, onde mulheres, homens e suas famílias eram condenados a viver na escuridão da falta e do desrespeito aos direitos fundamentais como a vida e a dignidade humana. O resgate da cidadania torna-se um desafio a ser enfrentado com urgência, na busca da concretização do que está escrito no preâmbulo da Constituição Federal Brasileira de 1988, considerando o Brasil como “um Estado democrático destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos”.

O desenvolvimento social passa diretamente pela qualidade de vida das populações inseridas na região. Isso implica em boas condições de trabalho e renda; em condições dignas de moradia, em um eficiente sistema de segurança, educação e saúde públicas que cubram as demandas regionais; bem como o direito à cultura e lazer tanto na forma de entretenimento, quanto na construção de identidades culturais que sedimenta a sociedade ao seu ambiente, enquanto valorização simbólica, religiosa e emocional. Estes pontos culminam com o que se chama de cidadania plena.

A submoradia urbana e rural, os elevados índices de violência, os estragos praticados contra o meio ambiente; as agressões aos grupos sociais estereotipados como negros, gays, lésbicas, travestis, religiosos de matriz africana, prostitutas, entre outros, refletem os problemas sociais mais comuns do Brejo paraibano e região.

Dentro do eixo foi discutido sobre o desenvolvimento que queremos (propostas de ações). Nesse sentido, ficou definido: a) Melhor controle social e fiscalização das políticas públicas de transferência de renda; b) Aperfeiçoamento do planejamento para a efetivação da habitabilidade e moradia; c) Efetivação das ações dos Centros de Referência da Assistência Social e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social; d) Mais formação para os agentes e profissionais que atuam na Assistência Social; e) Desenvolvimento de ações e projetos para inclusão no mundo do trabalho; f) Capacitação dos agentes públicos para o respeito à inclusão nas instituições públicas; g) Estabelecimento de programas de proteção ao idoso e casas de acolhimento; h) Combate sistemático ao trabalho infantil; i) Ampliação do Programa “PROJOVEM”; j) Criação do Fórum Permanente de Desenvolvimento Social do Piemonte da Borborema.

O documento final foi disponibilizado pelas redes sociais de computadores a partir do link: <http://observatoriodoagreste.blogspot.com.br/2011/05/documento-final-da-i-jornada-pelo.html> Também foi reproduzido em folheto pela gráfica da UEPB e distribuído para todas as entidades envolvidas, bem como para os gestores públicos da região e para os profissionais da imprensa. Esse documento também foi entregue para o governo do Estado da Paraíba, durante a primeira plenária do Orçamento Participativo realizado em Guarabira, em 2011 e algumas das propostas projetadas já estão sendo implementadas na região.

4.6 Produção Intelectual

Esse sub capítulo é apenas um recorte acadêmico propiciado pelo CRDHA aos diferentes atores envolvidos com as diferentes atividades desenvolvidas dentro da macro temática dos direitos humanos, como um campo, tanto de ação prática, quanto de produção acadêmica. Assim, seguem alguns exemplos:

ANDRADE, João M. C (Coord). CHAVES, Anna Izabella. DUARTE, Iverson Sheldon Lopes. MENEZES, Germana Alves. **Mesa Redonda: Direitos Humanos e Educação**. In: *V Semana de Humanidades*. Guarabira, 26 de maio de 2010.

ANDRADE, João M. C. MARIANO NETO, Belarmino. **Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.** In: **I Jornada Paraibana pelo desenvolvimento do Brejo e Região – do desenvolvimento que temos para o modelo de desenvolvimento que queremos.** Campina Grande/PB: Grafica Universitária da UEPB, abril de 2011.

ANDRADE, João M. C. NASCIMENTO, Luciana Silva do. **A Experiência de Implementação do Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba no Centro de Humanidades – Campus III da Universidade Estadual da Paraíba (Pôster).** In: *Anais do 1º Congresso Internacional da Cátedra UNESCO de Educação de Jovens e Adultos.* João Pessoa, julho de 2010.

ANDRADE, João M. C. FLORO, Euricleide Nicácio. RIBEIRO, Everaldo da Silva. SILVA, Gerson Ricardo F. da. COSTA, Leomar da Silva. **Cidadania e Universidade: a promoção dos Direitos Humanos na experiência do Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba.** In: *Anais da 5ª Semana de Extensão da Universidade Estadual da Paraíba.* Campina Grande: Realize, 2010. CD – ROM.

ANDRADE, João M. C. ANDRADE, J. P. C. C. **A Memória como elemento de controle social e construção da Carta Constitucional.** In: ANDRADE, João M. C.; COSTA, Leomar da Silva. (Orgs.) *Anais do 1º Congresso Jurídico do Centro de Humanidades.* Guarabira/PB: UNILEC, 2010.

MORAIS, Rommeryto Augusto Oliveira de. SILVA, Alexsandra Batista da. MAGALHÃES, Mateus Costa. BARBOSA, Jacyele Palmeira. **O Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba no Centro de Humanidades de Guarabira: uma aproximação promissora com a sociedade (Pôster).** In: *Anais da 5ª Semana de Extensão da Universidade Estadual da Paraíba.* Campina Grande: Realize, 2010. CD – ROM.

COSTA, Leomar da Silva e SILVA, Jonathas Barbosa Pereira Leite da. **Direitos Humanos e a responsabilidade civil face à possibilidade de danos morais por morte de um chefe de família.** In: ANDRADE, João M. C.; COSTA, Leomar da Silva. (Orgs.) *Anais do 1º Congresso Jurídico do Centro de Humanidades.* Guarabira/PB: UNILEC, 2010.

COSTA, Leomar da Silva, RIBEIRO, Everaldo da Silva e SILVA, Jonathas Barbosa Pereira Leite da. **Direitos Humanos: novos desafios e perspectivas.** In: ANDRADE, João M. C.; COSTA, Leomar da Silva. (Orgs.) *Anais do 1º Congresso Jurídico do Centro de Humanidades.* Guarabira/PB: UNILEC, 2010.

FLORO, Euricleide Nicácio, SILVA, Gerson Ricardo Fernandes da e MORAIS, Rommeryto Augutso Oliveira de. **Educação em Direitos Humanos: o direito a uma educação plural no Estado Democrático de Direito.** In: ANDRADE, João M. C.; COSTA, Leomar da Silva. (Orgs.) *Anais do 1º Congresso Jurídico do Centro de Humanidades.* Guarabira/PB: UNILEC, 2010.

RIBEIRO, Everaldo da Silva, BRITO, Elissandra Maria da Conceição de e COSTA, Leomar da Silva. **Notas em torno da questão da cidadania no Brasil em face da Constituição de 1988.** In: ANDRADE, João M. C.; COSTA, Leomar da Silva. (Orgs.)

Anais do 1º Congresso Jurídico do Centro de Humanidades. Guarabira/PB: UNILEC, 2010.

RIBEIRO, Everaldo da Silva, ANDRADE, João Maria Cardoso e, MAGALHÃES, Mateus Costa. **A função social da propriedade rural prevista na Constituição Federal de 1988: delineamentos dos mecanismos para a realização da Reforma Agrária** In: ANDRADE, João M. C.; COSTA, Leomar da Silva. (Orgs.) *Anais do 1º Congresso Jurídico do Centro de Humanidades. Guarabira/PB: UNILEC, 2010.*

Efetivamente foram compostos banners que serviram para apresentação de trabalhos, divulgando as experiências do CRDHA em eventos como a Semana de Extensão da UEPB realizada anualmente na cidade de Campina Grande, e o Congresso Internacional da Cátedra de EJA da UNESCO realizada em João Pessoa. O material tem servido para, além de cumprir uma obrigação dos eventos, divulgar as ações e atividades do CRDHA.

4.7 Eventos e ações realizadas ou apoiados pelo CRDHA

4.7.1 Jornada de Direitos Humanos do Agreste da Paraíba

1ª JORNADA DE DIREITOS HUMANOS DO AGRESTE PARAIBANO

Dias 24 e 25 de Maio de 2011
Auditório do Centro de Humanidades
Guarabira - Paraíba

Discutindo
Direitos,
Construindo
o Futuro

Informações e inscrições
www.direitoshumanosagreste.blogspot.com
ou no Centro Acadêmico de Direito

Contribuição
R\$ 10,00 (dez reais) mais
1 (um) Kg de alimento não perecível

Certificado 15 horas/aula

Realização:

Figura 015 - Cartaz da 1ª Jornada. Fonte: acervo do CRDHA
Arte: João M. C. e Andrade.

O Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba com apoio do Centro Acadêmico de Direito “Antonio Cavalcante Neto” – CADN, realizou nos anos de 2011 e 2012 duas edições da Jornada de Direitos Humanos do Agreste Paraibano. O objetivo central do evento visou a contribuição para a consolidação do espaço aberto, com o projeto do CRDHA, para a promoção dos direitos humanos.

**2^a Jornada de
Direitos Humanos do
Agreste Paraibano**

**Discutindo
Direitos,
Construindo
Realidades**

Dias 12 de 13 de Setembro
Auditório do Centro de Humanidades
Informações e Inscrições
Secretaria do CDRHA ou no site
www.direitoshumanosuepb.net.br
Valor: R\$ 10,00 + 1 Kg de alimento.

CERTIFICADO 15 HORAS/AULA

Promoção  Realização  Apoio  

Figura 016 - Cartaz da 1ª Jornada. Fonte: acervo do CRDHA
Arte: João M. C. e Andrade.

Na primeira edição realizada em maio de 2011, foram abordados cinco temas Direitos Humanos, Cultura, Questões Étnicas, Políticas Públicas e Anistia. Já em 2012 entraram na pauta de discussão temáticas como Direito e Diversidade de Gênero; Ouvidorias; Territórios de Cidadania; e a Emancipação Feminina.



Figura 017 - Imagem do público que lotou o auditório na 1ª Jornada . Fonte: acervo do CRDHA.



Figura 018 - Imagem do público que lotou o auditório na 2ª Jornada . Fonte: acervo do CRDHA.

Necessariamente, o público alvo a que foi diretamente atingido pelas duas edições da Jornada de Direitos Humanos do Agreste Paraibano, compreendeu a comunidade acadêmica do Centro de Humanidades composta por mais de 2300 pessoas, dentre as quais mais de 2.000 são estudantes oriundos de cerca de 30 cidades circunvizinhas à Guarabira, assim como também as diversas entidades que compõem a rede de articulação construída pelo CRDHA.

4.7.2 Conferência Internacional: "O Direito na Sociedade de Risco".

O Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste Paraibano realizou no dia 02 de Outubro de 2012 das 09:30 às 11:30 horas, no Auditório do Centro de Humanidades, a Conferência Internacional: "O Direito na Sociedade de Risco".

A Conferência foi proferida pelo Prof. Raffaele di Giorgi, Diretor e Professor Titular de Teoria Geral do Direito e Sociologia do Direito da Facoltà di Giurisprudenza dell'Università del Salento, Lecce, Itália. Diretor do Centro di Studi sul Rischio fundado em parceria com o sociólogo alemão Niklas Luhmann.



Figura 019 - Imagem do Prof. Raffaele Di Giorgi e Prof. Luciano Nascimento.. Fonte: acervo do CRDHA.



Figura 020 - Imagem do público que compareceu à conferência. Fonte: acervo do CRDHA.

O currículo do Prof. Rafaelle ainda inclui: Professor visitante no Max Planck Institut für Europäische Rechtsgeschichte, Frankfurt am Main, Deutschland (2004), Wilhelms Universität Münster, Humboldt Stiftung, Deutschland (2000, 1996 e 1991), Universität Saarland – Institut für Rechts und Sozialphilosophie, Saarbrücken, Deutschland (1999). Secretário Geral da “Europäische Akademie der Wissenschaften und Philosophie des Rechts”, Bonn, R.F.T. (1987). Diretor do Departamento de Sociologia e Ciência da Política na Università di Salerno, Itália (1986). Professor di Sociologia na Facoltà di Scienze Politiche dell’Istituto Orientale di Napoli, Itália (1984). Professor Extraordinário de Sociologia do Direito na Facoltà di Lettere e Filosofia dell’Università di Salerno, Itália (1981). Professor de Sociologia do Direito na Facoltà di Giurisprudenza dell’Università di Bologna, Itália (1980 e 1981). Professor de Filosofia do Direito na Facoltà di Giurisprudenza dell’Università di Camerino, Itália (1979, 1980 e 1981).

O evento contou com o apoio do Centro Acadêmico de Direito e da Direção do Centro de Humanidades, sendo a participação certificada com 3 horas/aula, devendo os interessados, preencher a ficha de inscrição online.

4.7.3 Apoio à atividades dos parceiros.

Diante da proximidade das eleições, o CRDHA-PB integrou, junto com outras entidades de Guarabira, entre elas o já citado SEDUP, da organização e divulgação da campanha “Por uma eleição sem corrupção”. A campanha tinha como foco principal o combate à corrupção eleitoral e difundir as conquistas da lei de iniciativa popular, a lei 9.840, conhecida como Lei da Ficha Limpa, até o segundo turno das eleições, em 31 de Outubro.

O lançamento oficial da campanha aconteceu no dia 27 de agosto, no auditório do Colégio Nossa Senhora da Luz, na cidade de Guarabira, com palestras que abordaram os seguintes temas: “Os vários níveis de corrupção eleitoral”; “A corrupção na gestão pública”; “A lei 9.840 e o combate à corrupção eleitoral”.

Em 13 de julho de 2011, aconteceu no auditório do Colégio Nossa Senhora da Luz, em Guarabira-PB, o Seminário 20 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: Direitos, Deveres e Protagonismo.

Estiveram presentes diretores das escolas de Guarabira, conselheiros tutelares de toda região do Agreste paraibano, autoridades da sociedade civil, representantes de diversos movimentos sociais, além das indivíduos interessados no assunto. O evento foi realizado pela Diocese de Guarabira e contou com o apoio do CRDHA-PB, que viabilizou três palestras proferidas por dois professores do departamento de Direito da UEPB, Antônio Cavalcante da Costa Neto e Henrique Toscano Henriques e pelo técnico João Maria Cardoso e Andrade.



Figura 021 - Imagem do público compareceu ao Seminário 20 anos de ECA
Fonte: acervo do CRDHA.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar em seu escopo o fenômeno da implementação de uma política de Estado no Brasil que se tornou ação de governo: os Centros de Referência em Direitos Humanos – CRDH's, especificamente o Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba – CRDHA/PB, implementado no Centro de Humanidades – CH, Campus III da Universidade Estadual da Paraíba, na cidade de Guarabira.

Tendo apresentado como justificativa para a realização deste escrito a oportunidade de reunir e compilar grande parte das informações sobre as atividades desenvolvidas pelo Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba, podemos afirmar que este trabalho se configura como a principal contribuição que podemos apontar com a pesquisa.

Ao longo do três anos de existência do CRDHA, através das diversas atividades que se foram desenvolvendo e das adaptações que se foram submetendo o Projeto Básico, pudemos perceber a profundidade da dinâmica da macro temática dos Direitos Humanos.

A espacialidade da macro temática que serve de alicerce ao CRDHA tem dado a oportunidade da construção de diversas experiências que nem mesmo estavam previstas no projeto inicial, mas que se mostraram de grande eficiência e importância tanto para o CRDHA como para a Universidade e mesmo para as comunidades que foram atendidas por essas ações.

Exemplos típicos dessa mobilização dinâmica foram os eventos que tornaram-se parte da agenda fixa do CRDHA, como a Jornada de Direitos Humanos do Agreste da Paraíba e o Seminário sobre Violência Doméstica no Agreste Paraibano. Ambos surgiram da contínua discussão e do estreitamento das relações com parceiros como os movimentos e organizações sociais da cidade de Guarabira e o 4º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba que se sedia em nossa cidade.

Para além disso, o CRDHA tem se tornado, ao longo dos anos, como uma verdadeira referência, principalmente no que tange às relações entre a Universidade e as comunidades que são atendidas por nosso campus, tendo recebido, inclusive, votos de aplauso emitidos pela Câmara Municipal da cidade de Guarabira.

Quando observamos, também a importância que se tem dado ao CRDHA dentro da própria UEPB, este é uma situação que tem evoluído de uma forma impressionante, tendo em vista que nos primeiros momentos da existência do Centro, por razões diversas, muitas foram as dificuldades que encontramos no processo de implantação da experiência.

É exatamente aqui que podemos compreender a complexidade da construção de uma política pública, tendo em vista que o CRDHA compõe uma ação de uma instituição pública voltada para o atendimento de demandas sociais historicamente relegadas ao esquecimento ou à pura ignorância do Estado.

Dessa forma esta história não foi apenas mais uma experiência de um projeto de atividade extensionista na UEPB. Muito mais que isso, percebemos com a pesquisa que o CRDHA desenvolveu ações tanto no campo da Extensão, como no campo da Pesquisa, atingindo mesmo o campo do Ensino, através desta Especialização que concluímos com o presente trabalho.

Atualmente, com projetos de pesquisa aprovados e bolsas de PIBIC e PROBEX, além de uma extensa agenda de atividades e eventos, o CRDHA tem servido de referência para a UEPB, que passa pela construção de uma nova proposta de instalação de mais um Centro de Referência em Direitos Humanos, dessa vez no Centro de Ciências Jurídicas em Campina Grande, além de termos alcançado a possibilidade de mais verbas para o apoio material de nossas ações.

Efetivamente, a experiência que vivenciamos no CRDHA nos mostrou e nos mostra que promover os Direitos Humanos não tem sido e não é uma tarefa das mais fáceis, tendo em vista, principalmente a amplitude do tema tanto que optamos de considerá-la uma “macro temática”.

Mas, contudo, seguimos fazendo história tanto na Universidade Estadual da Paraíba, quanto no Centro de Humanidades, em Guarabira e nas vidas de tantos e tantas que participaram ou tem participado das tantas iniciativas que o CRDHA possui e que tem desenvolvido.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando Barcellos de. **Teoria Geral dos Direitos Humanos**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2000.

ANDRADE, J. M. C. e; MARIANO, B. M.; BEZERRA, C.A.D; **Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba (CRDHA) - Projeto Básico**. Convênio Siconv nº 718552/2009 – SEDH/PR – Processo nº 00008.000745/2009-45- SNPDDH. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://direitoshumanosuepb.net>>. Acesso em 10 de fev. de 2013.

ANDRADE, João M. C. MARIANO NETO, Belarmino. Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. In: **I Jornada Paraibana pelo desenvolvimento do Brejo e Região – do desenvolvimento que temos para o modelo de desenvolvimento que queremos**. Campina Grande/PB: Grafica Universitária da UEPB, abril de 2011. Disponível em: <http://observatoriodoagreste.blogspot.com.br/2011/05/documento-final-da-i-jornada-pelo.html>. Acesso em 10 de fev. de 2013.

ANDRADE, João M. C. NASCIMENTO, Luciana Silva do. **A Experiência de Implementação do Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba no Centro de Humanidades – Campus III da Universidade Estadual da Paraíba (Pôster)**. In: *Anais do 1º Congresso Internacional da Cátedra UNESCO de Educação de Jovens e Adultos*. João Pessoa, julho de 2010. Disponível em: <<http://www.catedraunescoeja.org/GT03/POS/POS002.pdf>>. Acesso em 10 de fev. de 2013.

BECKER, Howard. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papius, 1996.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 14ª edição. São Paulo: Malheiros, 2004.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Estudos Sobre Direitos Fundamentais**. São Paulo/Coimbra: RT/Coimbra Editora, 2008

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2003.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania** (Coleção Polêmica). São Paulo: Moderna, 1998.

FARIA, José Eduardo. **Direitos Humanos, Direitos Sociais e Justiça**. 6ª edição. São Paulo: Malheiros, 2007.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos Humanos Fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Prefácio de Ernani Maria Fiori. 23ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

HERKENHOFF, João Baptista. **Direitos Humanos: a construção universal de uma utopia**. Aparecida: Santuário, 1997

LAFER, Celso. **A Reconstrução dos Direitos Humanos**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

MORAES, Alexandre. **Direitos Humanos Fundamentais**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2000.

PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

PIOVESAN, Flávia. *Temas de Direitos Humanos*. 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

RILEY, Matilda White e NELSON, Edward E. (Orgs.) **A Observação Sociológica – Uma Estratégia para um Novo Conhecimento Social**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

WHYTE, Willian Foote. *Sociedade de Esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

www.ibge.gov.br. Acesso em: 10 de fevereiro de 2013.

www.ideme.pb.gov.br/index.php. Acesso em: 03 de março de 2013..

www.pnud.org.br/home/. Acesso em: 03 de março de 2013..

www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/. Acesso em: 03 de março de 2013.

www.sedh.gov.br/clientes/sedh/sedh/promocaodh/centrosref. Acesso em: 03 de março de 2013.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

ANEXOS

Anexo 01 - Cartaz da Campanha Por uma Eleição sem Corrupção.

voto comprado, direito negado

POR UMA ELEIÇÃO SEM

~~CORRUPÇÃO~~



Uma Campanha Educativa do SEDUP

Parceiros: Comitê 9840 - Guarabira

Fórum das Entidades Populares e Movimentos Sociais de Guarabira

Apoio: Misereor

Auditório do Colégio da Luz
27 de Agosto de 2010 - 19 horas

Apoio:



Centro de Referência em
Direitos Humanos do
Agreste da Paraíba

Fonte: Associação Sedup. Arte: Luciel Araújo

Anexo 02 - Cartaz do 1º Seminário sobre Violência Doméstica no Agreste Paraibano.

1º Seminário sobre Violência Doméstica no Agreste Paraibano



Perspectivas de Estado, Direito e Sociedade

PALESTRANTES

Marinho Mendes Machado - MPPB
 Luciano do Nascimento Silva - UEPB
 Ana Carolina Giordim - UFPB/FACISA
 TEN. CEL. Iris Oliveira do Nascimento
 TEN. CEL. João da Matta M. Neto
 MAJ. Severino da Costa Simão
 MAJ. Hilmartom Xavier Silva
 2º TEN BM Viviclea A. de Oliveira Soares
 2º TEN Allan Jones A. Silva
 2º TEN Dayana Cruz Pereira

Auditório do Colégio da Luz - Guarabira
Dia 11 de Junho de 2012
Certificação de 12 horas/aula
Inscrições no Local do Evento
Taxa: R\$ 10,00

Realização



Apoio

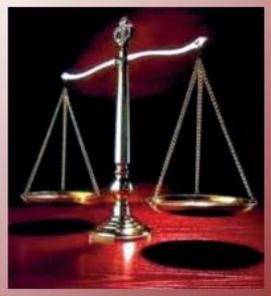






Fonte: Acervo Pessoal. Arte: João M. C. e Andrade

Anexo 03 - Cartaz do 1º Simpósio Regional de Direito Penal.



1º SIMPÓSIO REGIONAL DE DIREITO PENAL

Ciência Criminal e Direitos Humanos

Centro de Humanidades - UEPB
Guarabira - Paraíba
17 e 18 de Maio de 2012
Carga Horária: 16 horas/aula

 <p>FELIX ARAÚJO NETO Doutor em Direito Penal e Política Criminal pela Universidade de Granada, Espanha. Professor de Direito Penal e Processual Penal da Universidade Estadual da Paraíba e Facisa; Advogado Criminalista.</p>	 <p>DMITRI NÓBREGA AMORIM Promotor de Justiça Titular da 4ª Promotoria de Justiça Criminal de Campina Grande. Pós-graduando em Ciências Criminais. Professor da FESMP. Membro do Grupo de Atuação Especial e Contra o Crime</p>
 <p>KILMA MAÍSA GONDIM Graduada em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande (2002). É mestre em Ciências da Sociedade pela UEPB. Professora de Direito Penal e Direito Processual Penal da UEPB e Advogada.</p>	 <p>LARA SANÁBRIA Advogada. Mestre em Ciências Jurídicas pela UFPB. Professora da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba. Professora do Instituto de Educação Superior da Paraíba. Professora da FESMIP.</p>
 <p>GUSTAVO SVENSON Advogado. Mestre em Ciências Criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; Graduado em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa (2007) Paraíba e Facisa; Advogado Criminalista.</p>	 <p>DANIELLE ROCHA CRUZ Doutoranda em Direito Penal na Universidade de Salamanca/Espanha. Pesquisadora na Universidade Paris X-Nanterre. Professora de Direito Penal na UFOG - Universidade Federal de Campina Grande.</p>
 <p>MARINHO MENDES MACHADO Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Paraíba, Brasil. Mestrado em andamento em Sociologia. Universidade Federal da Paraíba.</p>	 <p>TCYSMAR MOTA SOARES T Comandante do 4º Batalhão de Polícia Militar da Paraíba. Bacharel e Especialista em Segurança Pública pela Academia Militar do Cabo Branco (Paraíba). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (UFPB)</p>

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES
direitoshumanosagreste.blogspot.com
 Investimento: R\$ 25,00. || Responsável: Leomar Costa. || 83 8719 5521 || leomar.33.gba@hotmail.com

Realização



Centro de Referência em Direitos Humanos do Agreste da Paraíba

Apoio







uepb

Universidade ESTADUAL DA PARAÍBA
Centro de Humanidades

Fonte: Acervo Pessoal. Arte: João M. C. e Andrade

Anexo 04 - Cartaz Seminário Regional Diocesano: 20 Anos do ECA.

**SEMINÁRIO REGIONAL
DIOCESANO**



**20 ANOS
ECA**

Estatuto da Criança
e do Adolescente

Conquistando Direitos, Deveres e Protagonismo

Guarabira, 13 de julho de 2010

Fonte: Acervo Pessoal. Arte: João M. C. e Andrade.